



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

Rua Antônio Batista, n.º. 105, (antigo fórum), Centro, Cep n.º. 49.930-000, Cedro de São João/Se
CNPJ n.º 13.117.601/0001-20.

Requerente: Comissão Permanente de Licitação
Assunto: Dispensa de Licitação n.º 21/2023- FMS
Parecer n.º 49/2023

PARECER JURÍDICO

A ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE, por meio deste signatário, fora provocada pela Comissão Permanente de Licitação para apresentar parecer jurídico acerca da possibilidade de formalização, através da Dispensa de Licitação, que tem como finalidade a Locação de 03 (três) máquinas copiadoras digital, com fornecimento de peças, suprimentos e serviços de manutenção, exceto papel, em atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cedro de São João/se.

Inicialmente convém ressaltar que esta análise prende-se aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Por força do disposto no art. 38, VI da Lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, o procedimento licitatório, modalidade Dispensa de Licitação, instruído com os seguintes documentos:

1. Requisição da contratação;
2. Justificativa de Dispensa de licitação, contendo: i) caracterização da situação e do objeto do contrato; ii) razão de escolha; iii) fundamento legal e; iv) dotação orçamentária;
3. Orçamentos;
4. Documentos diversos.

A Comissão Permanente de Licitação esclarece que os preços a serem pagos pelo objeto da presente dispensa são da ordem total de R\$ 17.568,00 (dezessete mil quinhentos e sessenta e oito reais), por um período de 12(doze) meses.

É o relatório. Passo a opinar.

Cumpre-nos asseverar que a Administração, em regra, tem o dever de licitar, ex vi do disposto nos artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal c/c artigo 2º da Lei n.º 8.666/93.

Em casos excepcionais, a Lei de Licitações prevê a possibilidade da não realização de processo licitatório, sendo os mesmos enumerados pelos artigos 24 e 25 (dispensa e inexigibilidade de licitação).

Saliento, porém, uma vez utilizada a Dispensa, todos os requisitos legais inerentes a ela devem ser observados, tais como: valor, solicitação do responsável para a abertura do procedimento licitatório, minuta contratual, justificativa, entre outros.

No caso em tela, abre-se a possibilidade de se utilizar a dispensa de licitação, por se adequar, conforme análise do município, às necessidades do município, conforme preconizado no art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Porém, deve-se prestar atenção aos documentos que são suscetíveis de análise desta Assessoria Jurídica. Lembre-se que é de grande importância as assinaturas nos documentos oficiais, pois sem assinatura o documento perde sua validade, com exceção à minuta contratual, por se tratar tão somente de um "modelo". Assim, é válido lembrar que as solicitações para abertura de procedimento devem estar devidamente assinadas.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO
ASSESSORIA JURÍDICA

Rua Antônio Batista, n.º 105, (antigo Fórum), Centro, Cep n.º 49.930-000, Cedro de São João/Se
CNPJ n.º 13.117.601/0001-20.

Por fim, é de bom alvitre salientar que a veracidade de todas as informações, bem como o conteúdo de toda documentação apresentada são de inteira responsabilidade dos administradores públicos.

Neste passo, convém chamar a atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil, pecuniária e penal, em caso de malversação da verba pública, decorrentes de improbidade administrativa, a partir da Lei n.º 8.429/92, com a edição da Lei de responsabilidade Fiscal, complementada pela Lei n.º 10.028/2000, que criou novos tipos penais (crimes contra as finanças públicas), de modo a tornar mais efetivos os princípios constitucionais da Administração Pública (art. 37/CF).

Ante o exposto, dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, a **ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE CEDRO DE SÃO JOÃO/SE** entende ser possível a formalização do contrato em questão, após atendimento das recomendações acima, pela Comissão de Licitação, a qual deve observar durante todo o procedimento licitatório o disposto na Lei n. 8.666/93, Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução n. 257/2010 do TCE.

E o nosso parecer, S.M.J.

Cedro de São João/SE, 29 de dezembro de 2023.


Maira Mari Lemos de Freitas
6721 - OAB
ASSESSORA JURÍDICA